ISSN: 2358-8829

A PRÁTICA DA CAÇA DE ESPÉCIES SILVESTRES NO MUNICÍPIO DE CAROEBE-RR: FERRAMENTA PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Táthyna de Araújo Rodrigues Soares [1]
Thaygla Rodrigues Soares [2]
Arlene Oliveira Souza [3]

INTRODUÇÃO

As interações de populações tradicionais e indígenas com a fauna silvestre contribuem diretamente para a construção de saberes ambientais e territoriais. Esses processos carregam consigo conhecimentos ancestrais indispensáveis, que são repassados entre as gerações por meio da oralidade. Tais saberes têm sido fonte de estudos sob diversas abordagens científicas, auxiliando na compreensão dos fatores que motivam o desenvolvimento da caça, das estratégias utilizadas pelos caçadores em diferentes ecossistemas e das variadas finalidades do uso de recursos faunísticos (ALVES et al., 2009; FIGUEIREDO; BARROS, 2016). Por outro lado, essa interação com as espécies silvestres ainda é pouco estudada sob uma abordagem interdisciplinar, ocorrendo uma lacuna na perspectiva de apoiar o ensino de conteúdos didáticos no contexto da Educação do Campo.

A caça de espécies silvestres faz parte do cotidiano de indígenas da etnia Wai Wai, de extrativistas de castanha-da-amazônia (Bertholletia excelsa Bonpl.) e de agricultores migrantes de diferentes estados brasileiros que vivem no município de Caroebe. Nessa região do sul de Roraima, há extensas áreas de florestas nativas que servem de habitats para a fauna local, sendo fundamentais para o sustento material e cultural desses grupos sociais (CAÇADO, 2003; LAPOLA, 2019; SOUZA et al., 2024). No entanto, as ações humanas em busca do seu sustento podem provocar transformações nos ecossistemas e,

[1] Pósgraduanda do Curso Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), da Universidade Federal de Roraima-UFRR, autoraprincipal, tathyna.araujo.ufrr.t5@gmail.com,

[2] Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima - UFRR, coautora1@email.com;tathynar@gmail.com;,

[3] Docente do Curso de Licenciatura da Universidade Federal de Roraima-UFRR – Ciências da Natreza e Matemática(CNM), coautora2, arlene.oliveira@ufrr.br, ;

consequentemente, um desequilíbrio na relação homem-natureza, afetando a sustentabilidade das práticas locais (MAMÉDIO, 2019).

Atualmente, as áreas de florestas nativas locais estão sendo modificadas ou degradadas pelo desmatamento ilegal, pelo plantio de monoculturas, pastagens e mineração ilegal. Em Roraima, os projetos de assentamento, juntamente com a abertura de estradas e vicinais, foram considerados por Barni et al. (2012) como os principais vetores de desmatamento. Nessa dinâmica territorial, a exploração madeireira predatória e as novas ocupações de terras agravam os problemas ambientais, gerando cenários que demandam intervenções conservacionistas urgentes que incluam a educação ambiental. Essa necessidade de intervenção estende-se ao âmbito acadêmico, inclusive na Educação do Campo que forma professores para atuar diretamente nas escolas camponesas.

A Educação do Campo surgiu da demanda de movimentos sociais com o propósito de sanar a falta de políticas públicas de educação para as populações rurais. Ela se constitui no desafio de um projeto educativo fundamentado nas especificidades regionais, nos saberes e nos interesses que formam a dinâmica própria e as identidades amazônicas (SOUZA et al., 2024). Sua concretização ocorre a partir da preocupação em promover processos educacionais que consolidam os valores, a cultura e os modos de vida da população camponesa (CALDART, 2003; SILVA, 2009). Diante desse cenário e da constatação de que os livros didáticos convencionais não contemplam espécies e ecossistemas da realidade local dos alunos, emerge a necessidade de gerar dados que permitam a transposição curricular.

A partir desse panorama socioambiental e pedagógico, estabelece-se o seguinte problema que norteia esta investigação: De que maneira a experiência de agricultores e extrativistas de Caroebe-RR acerca da caça de espécies silvestres e seus saberes etnoecológicos podem contribuir com a contextualização de conteúdos didáticos nas disciplinas de Biologia e História na Educação do Campo?

Para responder a essa problematização, este estudo tem como objetivo geral investigar a prática da caça de espécies silvestres realizada por extrativistas e/ou agricultores moradores do município de Caroebe, na região Sul de Roraima, identificando as espécies utilizadas, as motivações socioeconômicas e as percepções ecológicas dos caçadores. Busca-se gerar dados empíricos e teóricos que sirvam de ferramenta pedagógica para a contextualização de conteúdos didáticos na Educação do Campo e na

formação de futuros docentes no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR).

Do ponto de vista metodológico, o trabalho ampara-se nos pressupostos teóricos da Etnoecologia para analisar as múltiplas faces que moldam as interações humanas com a natureza (ALVES; SOUTO, 2010; TOLEDO; ALBUQUERQUE, 2023). A abordagem empírica envolveu observação participante, aplicação de diário de campo, realização de entrevistas semiestruturadas e questionários via Google Forms com caçadores locais. A análise dos dados faunísticos utilizou o cálculo do Consenso de Informante (Nível de Fidelidade) proposto por Friedman et al. (1986), garantindo maior consistência e credibilidade às informações analisadas.

Os principais resultados do estudo revelam que a caça em Caroebe-RR é uma atividade predominantemente masculina, executada essencialmente para fins de subsistência e obtenção de proteína alimentar ou para a proteção de criações domésticas. Foram registradas 25 espécies caçadas, com destaque para a preferência por mamíferos de grande porte, como o veado-mateiro (Mazama americana) e o caititu (Pecari taiacu), que apresentaram nível de consenso dos informantes igual a 1. Os relatos também expõem a preocupação dos caçadores com a degradação ambiental causada por atividades madeireiras e agropecuárias na região. Conclui-se que o resgate desses saberes tradicionais fornece subsídios indispensáveis para a contextualização do ensino de Biologia e História, aproximando a formação docente da realidade camponesa.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

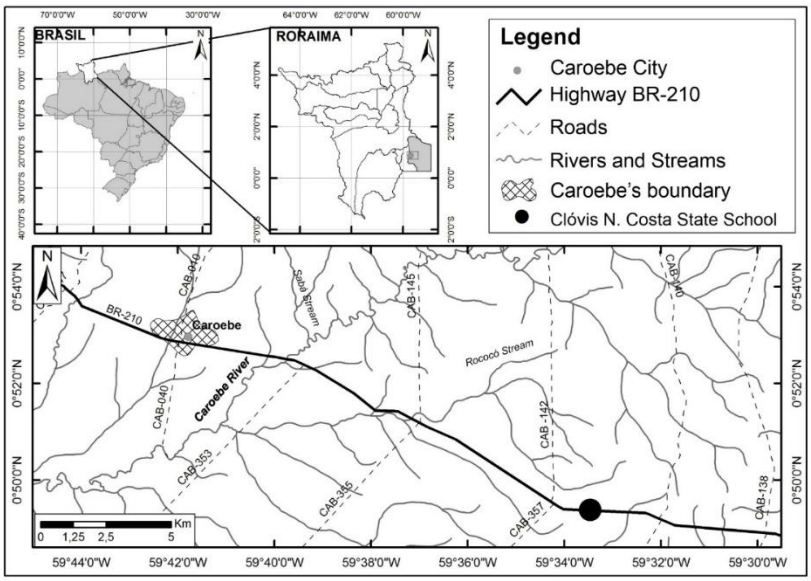
O presente estudo foi realizado no município de Caroebe, localizado na zona rural do estado de Roraima, na região Norte do Brasil. O município encontra-se geograficamente posicionado sob as coordenadas de Latitude Latitude: 0° 53' 45" Norte, Longitude: 59° 41' 42" Oeste. O acesso rodoviário à localidade ocorre a partir da capital Boa Vista por meio da rodovia federal BR-174, sendo necessário percorrer uma distância aproximada de 353 quilômetros na direção Sul do estado para alcançar o núcleo da pesquisa. Historicamente, a formação dos povoados e vilas na região Sul de Roraima deu início à maioria dos atuais municípios locais durante a década de 1970 (SANTOS, 2010). Conforme registros históricos do Atlas do Território Federal do Rio Branco de 1981, os fluxos migratórios direcionados para essas colônias agrícolas eram compostos,

ISSN: 2358-8829

majoritariamente, por populações originárias da região Nordeste do Brasil, com destaque para o estado do Maranhão (SANTOS, 2010).

A organização territorial e produtiva estabelecida por esses grupos migrantes fundamenta-se essencialmente no trabalho familiar. Essa estrutura socioeconômica baseia-se na exploração de pequenos lotes rurais organizados sob o sistema tradicional de roças. Historicamente, os moradores passaram a exercer práticas de agricultura de subsistência com culturas alimentares de ciclo curto, integrando a dinâmica camponesa regional. Na contemporaneidade do município, os principais produtos agrícolas que movimentam e sustentam a economia local são o cultivo da banana, o manejo do cacau e o extrativismo da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.).

Figura 1 – Localização do município de Caroebe, no Sul do estado de Roraima, Brasil.



Fonte: Boto, 2025.

Para a realização da coleta de dados de campo, utilizou-se a técnica de observação participante combinada com o preenchimento de diário de campo. Essa abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada sobre as experiências, saberes e percepções dos entrevistados na interface homem-natureza (ALBUQUERQUE et al., 2010). Os procedimentos empíricos envolveram a aplicação de entrevistas semiestruturadas presenciais e, complementarmente, questionários estruturados na modalidade online por meio da plataforma Google Forms. As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas e fechadas voltadas para a identificação

de aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais relacionados à interação de extrativistas e agricultores locais com as espécies da fauna silvestre.

Do ponto de vista metodológico e bioético, este estudo está devidamente vinculado ao projeto de pesquisa intitulado "Natureza e Sociedade: vivências e usos de espécies da biodiversidade roraimense no âmbito da Educação do Campo". A proposta está integrada às atividades do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Natureza e Cultura, encontrando-se formalmente registrada e aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 68176923.0.0.0000.5302. O cumprimento rigoroso dessas etapas éticas assegura a proteção e o anonimato dos colaboradores locais, cujos dados foram acessados estritamente para finalidades científicas e pedagógicas.

Para mensurar e identificar as espécies faunísticas de maior importância sociocultural e ecológica na prática local da caça, estimou-se o índice de Consenso de Informante. Essa técnica metodológica de análise quantitativa foi originalmente proposta e validada por Friedman et al. (1986). O cálculo matemático do Nível de Fidelidade (FL) é parametrizado pela fórmula matemática FL = Ip / Iu, em que a variável Ip representa o número absoluto de informantes que citaram uma determinada espécie, enquanto a variável Iu corresponde ao número total de informantes que mencionaram quaisquer espécies de animais caçadas na região.

O Nível de Fidelidade resultante dessa equação matemática varia em uma escala de 0 a 1. O valor máximo (FL = 1) expressa estatisticamente um consenso absoluto entre todos os colaboradores entrevistados sobre a utilização de um animal silvestre específico (ALBUQUERQUE, 2010). A aplicação dessa abordagem quanti-qualitativa combinada permitiu a validação científica dos dados faunísticos coletados em campo. Esse rigor metodológico garantiu maior consistência e credibilidade ecológica às informações analisadas, contribuindo para a mitigação de possíveis vieses de amostragem e aumentando a confiabilidade geral dos resultados gerados para aplicação didática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, a pesquisa contou com a participação de nove caçadores locais. Dentre os colaboradores, dois não concluíram a etapa de entrevista presencial, três finalizaram o

roteiro completo e quatro optaram por responder ao formulário estruturado via plataforma Google Forms. A amostragem foi constituída exclusivamente por homens com idade superior a 40 anos e média etária de 47 anos, variando entre o informante mais jovem, com 41 anos, e o de maior idade, com 62 anos. Todos os participantes residem no município de Caroebe há mais de 10 anos e são oriundos dos estados do Maranhão, Ceará, Pará e Rondônia. Quanto ao estado civil, a maioria dos entrevistados é casada, enquanto dois declararam estar separados. Os interlocutores afirmaram manter uma relação harmoniosa com seus núcleos familiares, nos quais os filhos também exercem atividades cinegéticas, evidenciando o caráter tradicional e geracional dessa prática.

A amostragem reduzida de entrevistados justifica-se por dois fatores principais, associados ao perfil dos colaboradores e à natureza da atividade investigada. O primeiro deles refere-se à longevidade significativa dos caçadores locais, o que limitou o universo de sujeitos aptos na região. O segundo fator, de ordem psicossocial, relaciona-se ao temor de sofrerem sanções ou represálias legais, o que levou diversos indivíduos a recusarem o convite para a pesquisa ou a abandonarem a entrevista antes de sua conclusão. No intuito de mitigar essa resistência e assegurar o anonimato, incluiu-se a aplicação do formulário online, garantindo-se que apenas a equipe de investigação teria acesso restrito aos dados de campo. Contudo, mesmo com a introdução da ferramenta digital, o estigma e a desconfiança que cercam a atividade impediram a ampliação do número de participantes.

Os entrevistados manifestaram acentuada desconfiança em participar da pesquisa, embora demonstrassem conhecimento a respeito dos dispositivos legais que regulam ou excepcionam o abate de fauna no país. Entre os principais marcos normativos que tangenciam o tema e geram debates sobre a subsistência rural, foram identificados a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/1967), a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) e o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). A análise dos relatos evidencia que esse comportamento defensivo decorre do estigma gerado pelas fiscalizações rigorosas promovidas pelos órgãos ambientais de controle. Diante da complexidade regulatória, os caçadores temem que suas práticas de segurança alimentar sejam interpretadas de forma punitiva pelas autoridades, sobrepondo o medo de sanções administrativas à legitimidade cultural de suas atividades camponesas.

No que diz respeito às técnicas de captura dos animais, as principais modalidades descritas pelos informantes consistem na técnica da “espera” e na caçada assistida por cães. A espera configura-se como uma atividade eminentemente noturna conduzida em

pontos estratégicos da floresta, como em árvores frutíferas visitadas pela fauna. Alternativamente, o caçador realiza o cevamento do local por um período que varia de 7 a 15 dias, disponibilizando alimentos para condicionar o hábito de retorno do animal ao sítio de amostragem. Por sua vez, a caçada com o auxílio de cães fundamenta-se no rastreio e na perseguição olfativa e visual das presas até a sua localização definitiva.

É comum o adestramento específico dos cães para a busca direcionada de uma única espécie cinegética. Um espécime treinado para a localização do veado-mateiro (Mazama americana), por exemplo, ignora outros estímulos faunísticos da floresta, conforme evidenciado no relato de um dos colaboradores: “Meu cachorro é mestre não corre besteira não, quando vê ele uivando é porque é a caça certa, tem vez que passa mais de quatro horas correndo atrás até pegar” (INFORMANTE 1, 2026). Nota-se, nos discursos analisados, um forte sentimento de satisfação e valorização identitária por parte dos caçadores ao narrarem o sucesso e a complexidade logística dessas experiências de captura no ambiente camponês.

A região de Caroebe abriga uma rica diversidade de fauna silvestre, refletida no registro de 25 espécies abatidas pelos colaboradores locais. A maior parte desse quantitativo é representada pela classe dos mamíferos, ocorrendo também registros de répteis e aves (Tabela 1). O levantamento etnoecológico identificou o uso de táxons como o veado-mateiro, porco-do-mato, tatu-galinha, paca, cutia, mutum, jabuti, anta, onça-pintada, caititu e macaco-prego. Adicionalmente, foram mencionados animais de menor expressão na dieta, como a galinha-d’água, lambu, gato-do-mato, capivara, teiú, raposa, irara (gorgo), cigana, jacaré, sucuri, jiboia, mambira, gavião e a tartaruga fuboca.

Dentre a biodiversidade amostrada, as espécies que apresentam maior recorrência e relevância ecológica nas áreas de caça do município são o veado-mateiro, caititu, tatu, paca, mutum, jabuti e a anta. Esses animais figuram como as principais escolhas e preferências por parte dos caçadores detentores de maior longevidade na atividade. Esse comportamento se justifica pelo fato de esses atores dominarem amplamente as estratégias comportamentais da fauna e os métodos tradicionais de captura ao longo do tempo, garantindo maior previsibilidade e sucesso nas expedições cinegéticas realizadas no território camponês (VASCONCELOS et al., 2024).

Quando questionados sobre os motivos de não listarem um número maior de táxons faunísticos, os colaboradores enfatizaram que a atividade é estritamente utilitária, conforme sintetizado no relato: “Não caço por esporte, caço pra comer e esses são os

animais que como" (INFORMANTE 1, 2026). Para além do abate direcionado à alimentação e subsistência familiar, identificou-se que a captura de determinadas espécies ocorre sob a motivação de proteção às criações domésticas das propriedades rurais. Dentre os animais que manifestam esse caráter de conflito socioambiental, destacam-se o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*) e o gavião-real (*Harpia harpyja*), frequentemente apontados como predadores sazonais de pequenos rebanhos e aves de capoeira nas comunidades de Caroebe-RR.

Tabela 1 – Espécies animais caçada, citadas pelos entrevistados, município de Caroebe, Brasil

Nome Popular	Nome científico	Consenso de informante	Finalidade
Mateiro	Mozama americana	1	Alimentação
Porco do mato	Tayassu Pecari	1	Alimentação
Tatu galinha	Dasypus novemcinctus	0,85	Alimentação
Paca	Cuniculus paca	1	Alimentação
Cutia	Dasyprocta azarae	0,71	Alimentação
Mutum	Mitu tomentosum	1	Alimentação
Jabuti	Chelonoidis Carbonaria	0,85	Alimentação
Anta	Tapirus terrestris	0,28	Alimentação
Fuboca	Mazama nemorivaga	1	Alimentação
Onça-pintada	Panthera onca	0,42	Proteger as criações
Caititu	Pecari tajacu	1	Alimentação
Macaco prego	Sapajus	0,28	Alimentação
Galinha d'água	Gallinula chloropus	0,71	Alimentação
Lambu	Crypturellus tataupa	1	Alimentação
Gato do mato	Leopardus Tigrinus	0,42	Proteger as criações
Capivara	Hydrochoerus hydrochaeris	0,85	Alimentação
Teiú	Tupinambis	0,85	Proteger as criações
Raposa	Vulpes Vulpes	0,42	Proteger as criações
Gorgo\bugio	Alouatta guariba	0,14	Alimentação
Cigana	Opisthocomus hoazin	1	Alimentação
Jacaré	Alligatoridae	0,28	Alimentação
Sucuri	Eunectes	0,57	Proteger as criações
Jibóia	Boa constrictor	0,28	Proteger as criações
Mambira	Tamandua tetradactyla	0,28	Proteger as criações
Gavião	Harpia harpyja	0,71	Proteger as criações

Os estudos realizados por Vasconcelos et al. (2024) e Soares et al. (2018) destacaram que, em contextos distintos, as aves e os mamíferos de pequeno porte figuram como as espécies mais frequentemente citadas pelos caçadores. Essa preferência na literatura é comumente atribuída a dois fatores principais: a localização dos caçadores em áreas periurbanas e a consequente dificuldade de acesso a porções florestais preservadas,

uma vez que as franjas das cidades sofrem rápida conversão para o uso agrícola. Entretanto, no cenário investigado no município de Caroebe-RR, identificou-se um padrão inverso. Os colaboradores locais demonstraram preferência por mamíferos de grande porte, como o veado-mateiro (Mazama americana) e o caititu (Pecari taiacu), que foram as espécies mais mencionadas, atingindo um Nível de Fidelidade (FL) igual a 1.

Essa peculiaridade local pode ser explicada pela ampla conectividade e proximidade das matrizes florestais em relação às comunidades camponesas, o que facilita o deslocamento e o acesso a esses animais de grande porte. Adicionalmente, a seletividade observada está intrinsecamente relacionada à faixa etária elevada dos caçadores de Caroebe-RR. Conforme discutido por Vasconcelos et al. (2024), indivíduos com maior longevidade na atividade tendem a concentrar seus esforços logísticos na captura de espécies específicas e de maior retorno calórico, como o veado-mateiro, a paca, o tatu e o caititu. Essa escolha direcionada justifica-se tanto pela experiência acumulada ao longo dos anos quanto pela adaptação às limitações físico-motoras naturais do envelhecimento.

A investigação evidenciou, ainda, a divisão social do trabalho e as relações de gênero que permeiam a atividade cinegética no território. Embora o ato do abate na floresta seja executado predominantemente por homens, constatou-se a participação ativa das mulheres em etapas estratégicas do processo, seja acompanhando seus cônjuges nas expedições ou assumindo a responsabilidade direta pelo tratamento, higienização, conservação e preparo da carne silvestre. Essa atuação feminina desempenha um papel essencial na subsistência familiar, garantindo a segurança alimentar do núcleo doméstico por meio do aproveitamento integral da proteína obtida, o que confere à caça uma dimensão cultural essencialmente coletiva e comunitária.

Apesar do tamanho reduzido da amostra de participantes, decorrente dos fatores de desconfiança e isolamento geográfico discutidos anteriormente, os relatos proporcionaram percepções qualitativas significativas acerca das dinâmicas socioculturais e ambientais da região. Esses achados corroboram a necessidade de se considerar variáveis geográficas e ecológicas locais ao analisar padrões de uso da fauna, evidenciando que os dados obtidos em Caroebe-RR configuram-se como ferramentas pedagógicas ímpares para a contextualização do ensino de Biologia e História na Educação do Campo, superando abordagens genéricas e homogeneizadoras que desconsideram a realidade amazônica.

ISSN: 2358-8829

No cenário nacional, a prática da caça de subsistência divide opiniões na literatura jurídica e de conservação da biodiversidade. Por um lado, Machado et al. (2013) apontam que essa atividade, se desordenada, contribui para a defaunação crônica e para a extinção local de espécies ameaçadas. Os autores argumentam que as legislações vigentes apresentam lacunas que terminam por mascarar a caça esportiva e o comércio ilegal. Adicionalmente, ressaltam a complexidade em mensurar os impactos ecológicos dessas capturas a curto e longo prazo na região Norte do Brasil, onde as instituições de comando e controle enfrentam severas barreiras operacionais e orçamentárias de fiscalização, facilitando a transgressão dos marcos regulatórios.

Por outro lado, Ranzi, Fonseca e Silveira (2019) ponderam que o ordenamento jurídico brasileiro salvaguarda a caça de subsistência por meio de mecanismos específicos de exclusão de ilicitude. Os autores destacam o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), que flexibiliza o porte de armas para residentes rurais, e o artigo 37 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que legitima o abate de animais para saciar a fome ou proteger lavouras e rebanhos contra espécies nocivas. Contudo, os mesmos pesquisadores salientam que a extrema dificuldade burocrática e pericial em se comprovar o "estado de necessidade alimentar" em campo termina por limitar a eficácia prática e a segurança jurídica dessas garantias institucionais para as populações tradicionais.

Analisando a dimensão histórica e antropológica, Ferreira (2014) argumenta que as legislações contemporâneas, embora focadas na proteção ecológica, frequentemente coíbem e criminalizam saberes e práticas que possuíam profunda relevância social na formação das identidades rurais. O autor destaca o impacto histórico da espetacularização e da valorização da figura do caçador em mídias impressas do século passado, que enalteciam o abate faunístico como símbolo de prestígio, coragem e virilidade. Essa herança cultural contrasta com a realidade atual das comunidades camponesas de Caroebe-RR, onde o conhecimento etnoecológico sobre o comportamento dos animais e os ciclos da floresta é mobilizado estritamente como estratégia de resiliência e manutenção da vida no campo.

Segundo os entrevistados, os animais mencionados possuem dietas amplamente diversificadas, ocupando diferentes nichos tróficos no ecossistema local. As espécies carnívoras e onívoras consomem pequenos mamíferos, aves e répteis, enquanto os herbívoros têm como base de sustentação alimentar as gramíneas e frutos nativos da

floresta. Adicionalmente, foi relatado que, devido à escassez de recursos na mata, muitos desses animais recorrem frequentemente às plantações agrícolas e às criações domésticas humanas como fontes alternativas de alimento.

Essa sobreposição ecológica gera conflitos e invasões de áreas produtivas, conforme detalhado na percepção de um dos colaboradores: “Óia, um pouco da culpa é nossa que tamo entrando no território deles, mas a culpa maior é dos madereiro que tira dentro de um ano o que nós tira dentro de 10, 20 anos, aí eles não têm o que comer e invade as plantações da gente” (INFORMANTE 3, 2026). Esse depoimento reflete a complexa relação entre as comunidades humanas e a fauna local, expondo com clareza os desafios da coexistência socioambiental em cenários pressionados pelo desmatamento acelerado no município de Caroebe-RR.

Os caçadores entrevistados demonstraram profunda preocupação com o declínio populacional de diversas espécies da fauna silvestre na região, atribuindo esse fenômeno não apenas ao ato cinegético isolado, mas, primordialmente, ao avanço do desmatamento. De acordo com os relatos, a fragmentação e a destruição crônica de habitats induzidas pelas atividades madeireiras locais provocam o afugentamento dos animais de seus nichos ecológicos originais. Adicionalmente, os colaboradores expressaram forte indignação quanto à responsabilização exclusiva dos caçadores de subsistência pela degradação ambiental e pela retração faunística observada.

Na percepção desses atores camponeses, os impactos mais severos à biodiversidade derivam das ações promovidas pela expansão da pecuária bovina de corte no município de Caroebe-RR, em decorrência da supressão em larga escala de florestas nativas para a formação de áreas de pastagem. Essa contraposição entre o impacto da caça local e o desmatamento agropecuário é sintetizada na defesa feita por um dos participantes: “Eu preservo a natureza. Os animais que eu caço não causam tanto desequilíbrio, não. Nas minhas terras, onde a mata está intacta, há bastante caça e as águas dos igarapés são ótimas. Já nas áreas de pasto, não se encontra nenhum animal silvestre” (INFORMANTE 4, 2026).

Essa narrativa estabelece uma comparação direta entre o impacto residual da atividade cinegética de subsistência e a magnitude das ações agropecuárias baseadas na supressão florestal para a implantação de pastagens. Durante os diálogos de campo, o mesmo colaborador manifestou esse conflito de percepções por meio de uma indagação crítica: “Qual dos dois prejudica mais a natureza, eu ou o fazendeiro?” (INFORMANTE

4, 2026). Esse questionamento reflete um profundo apelo à reflexão teórica e política acerca das diferentes assimetrias de intervenção humana no bioma amazônico, confrontando a escala dos impactos gerados pelo manejo tradicional camponês frente à degradação imposta pelas cadeias produtivas de grande porte na biodiversidade de Caroebe-RR.

Os entrevistados foram unânimes ao afirmar que a caça é desempenhada, exclusivamente em função de sustento da família, sendo praticada com o objetivo de garantir alimentação. De acordo com os relatos, os caçadores negaram qualquer outro uso dos animais, como a venda ou a caça por esporte, ressaltando que recorrem a outras caçadas apenas quando os recursos de caça estão se esgotando. Contudo, a confiabilidade dessas declarações pode ser questionável, devido ao receio dos entrevistados em expor informações que consideravam potencialmente ameaçadoras.

A investigação evidenciou que o temor de sanções administrativas ou de ações punitivas por parte dos órgãos fiscalizadores exerceu influência direta sobre o comportamento dos informantes, condicionando possíveis omissões em relatos acerca de práticas cinegéticas interpretadas como prejudiciais à fauna silvestre. Essa distorção comportamental, comum em estudos etnoecológicos com atividades regulamentadas, reforça a necessidade premente de investigações mais aprofundadas no sul de Roraima. Aém disso, os dados sinalizam para a premência de políticas públicas estruturadas que promovam o diálogo simétrico e a construção de laços de confiança recíproca entre as comunidades tradicionais camponesas e as instituições responsáveis pela gestão e conservação da biodiversidade na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam que a prática da caça de espécies silvestres no município de Caroebe-RR constitui uma atividade utilitária e predominantemente voltada para a subsistência alimentar. Na percepção dos colaboradores locais, esse manejo é legitimado e sustentado por uma lógica de convivência e forte vínculo com o ecossistema florestal. Embora fatores de ordem psicossocial e demográfica, como o temor de represálias por fiscalizações ambientais e as limitações motoras decorrentes da idade avançada dos informantes, tenham condicionado o tamanho da amostra e a profundidade de alguns relatos, o levantamento etnoecológico alcançou relevância científica ao

registrar o uso de 25 espécies da fauna silvestre, confirmando a expressividade histórica e cultural dessa atividade no território camponês local.

Além disso, as narrativas evidenciam que os caçadores tradicionais manifestam nítida preocupação com a conservação da biodiversidade e com o declínio populacional dos animais. No entanto, esses atores associam o fenômeno da perda de fauna de forma muito mais direta às pressões macroeconômicas locais, representadas pela degradação crônica provocada por atividades madeireiras e pelo desmatamento para expansão da pecuária, do que ao ato cinegético de subsistência propriamente dito. Essa constatação teórica revela a necessidade urgente de se desenharem políticas públicas integradas e estratégias de manejo comunitário sustentável que equilibrem a proteção dos ecossistemas amazônicos ao respeito aos direitos culturais e à segurança alimentar das populações tradicionais.

Diante desse cenário socioambiental, as reflexões geradas apontam para a urgência de iniciativas institucionais que promovam o diálogo simétrico entre órgãos de controle ambiental e as comunidades rurais. A construção de laços de confiança mútua é indispensável para superar o clima de criminalização e buscar soluções conjuntas voltadas à coexistência equilibrada entre o desenvolvimento humano e a integridade da natureza. Em termos práticos e propositivos, recomenda-se a expansão de futuras pesquisas que aprofundem o monitoramento ecológico participativo das espécies-alvo na região Sul de Roraima, ampliando o debate sobre a sustentabilidade faunística sob a perspectiva das populações locais.

Em resposta direta à problematização que norteou esta investigação, constata-se que esse corpo de saberes tradicionais cumpre um papel pedagógico estratégico ao fornecer subsídios empiricamente construídos para a consolidação de propostas curriculares contextualizadas. A transposição didática das experiências de caça e das percepções ambientais de Caroebe-RR para o ambiente escolar permite o desenvolvimento de discussões interdisciplinares e reflexões críticas especificamente nas disciplinas de Biologia e História. Conclui-se, portanto, que a incorporação dessas realidades locais na formação de professores, em especial no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), configura-se como uma ferramenta de transformação capaz de aproximar o ensino superior e a educação básica da identidade social, cultural e territorial dos estudantes camponeses.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se aos caçadores e moradores de Caroebe-RR que gentilmente se dispuseram a participar das entrevistas, compartilhando seus conhecimentos tradicionais para a realização deste estudo. Expressa-se igual reconhecimento ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (Ciências da Natureza e Matemática-CNM) e à Especialização em Educação do Campo: Metodologias para o Ensino de Ciências da Natureza e Matemática a Distância, pelo suporte institucional indispensável ao desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. de (org.). **Etnobiologia**: bases ecológicas e evolutivas. Recife: NUPEEA, 2013. 165 p.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (orgs.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: NUPEEA, 2010.

ALVES, A. G. C.; SOUTO, F. J. B. Etnoecologia ou Etnoecologias? Encarando a diversidade conceitual. *In*: ALVES, A. G. C.; SOUTO, F. J. B.; PERONI, N. (orgs.). **Etnoecologia em perspectiva**: natureza, cultura e conservação. Recife: NUPEEA, 2010. p. 17-39.

ALVES, R. R. N.; GONÇALVES, M. B. R.; VIEIRA, W. L. S. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido Brasileiro. **Tropical Conservation Science**, v. 5, n. 3, p. 394-416, 2012.

ALVES, R. R. N.; MENDONÇA, L. E.; CONFESSOR, M. V. Hunting strategies used in the semi-arid region of northeastern Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 5, n. 12, p. 1-12, 2009.

BARNI, P. E.; FEARNSIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. de A. Desmatamento no sul do Estado de Roraima: padrões de distribuição em função de Projetos de Assentamento do INCRA e da distância das principais rodovias (BR-174 e BR-210). **Acta Amazonica**, v. 42, n. 2, p. 195-204, 2012.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003.

CAÇADO, O. **A caça de subsistência em comunidades ribeirinhas**. São Paulo: Annablume, 2003.

FERREIRA, H. F.; ALVES, R. R. N. Legislação e mídia envolvendo a caça de animais no Brasil: uma perspectiva histórica e ambiental. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 1-7, 2014.

FIGUEIREDO, R. A. A.; BARROS, F. B. Caçar, preparar e comer o "bicho do mato": práticas alimentares entre os quilombolas na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Pará).

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 11, n. 3, p. 691-713, 2016.

LAPOLA, D. M. **Vivendo na floresta**: reflexões sobre a relação Sociedade-Natureza a partir da atividade de caça do povo Wai Wai da comunidade Jatapuzinho-Roraima. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

MACHADO, S. F. et al. Será que a caça no Brasil tem recebido a atenção necessária? **Revista Agrogeoambiental**, Pouso Alegre, v. 5, n. 2, p. 49-60, ago. 2013.

MAMÉDIO, D.; PULGA, A. S.; MENDEZ, J. M. D. Estudo da percepção ambiental como ferramenta de sensibilização à redução da caça de animais silvestres na Reserva Florestal Mata de Cazuzinha Cruz das Almas-BA. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 41, e39, p. 1-8, 2019.

RANZI, T. J. D.; FONSECA, R.; SILVEIRA, R. A legalidade da caça de subsistência no contexto das unidades de conservação na Amazônia Brasileira. **Biodiversidade Brasileira**, v. 8, n. 2, p. 26-41, 2018.

RORAIMA. Universidade Federal de Roraima. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo de Roraima (LEDUCARR)**. Boa Vista: UFRR, 2021.

SANTOS, M. J. **Em Busca da Terra**: migração, organização e resistência na política de colonização no Sudeste de Roraima (1970 – 1990). 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SILVA, M. do S. Educação como direito: reler o passado, refletir o presente e projetar o futuro. *In*: LUNAS, A. da C.; ROCHA, E. N. (orgs.). **Práticas pedagógicas e formação de educadores(as) do campo**. Brasília: Dupligráfica, 2009. p. 29-47.

SOARES, V. M. S. et al. Conhecimento, uso alimentar e conservação da avifauna cinegética: estudo de caso no município de Patos, Paraíba, Brasil. **Interciencia**, v. 43, n. 7, p. 490-496, 2018.

SOUZA, A. O.; SANTOS, A. R.; DE FARIA LOPES, S. Harvesting *Bertholletia excelsa* Bonpl. in a western Amazon rural community: local ecological knowledge and meaning to "nut-crackers". **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 19, n. 61, p. 1-13, 2023.

SOUZA, E. S.; BORGES, H. S.; NASCIMENTO, G. R. Educação do Campo no município de Parintins/AM: um olhar sobre as escolas do campo. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 33, p. 1-26, jan./dez. 2024.

TOLEDO, V. M.; ALBUQUERQUE, U. P. **A importância dos saberes tradicionais e etnoecológicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

VASCONCELOS, R. S. et al. Percepções ambientais e o manejo da fauna silvestre na Amazônia setentrional. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 11, n. 27, p. 105-122, 2024.